

COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO EM SANTA CATARINA A PARTIR DE 1990: NOVAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS¹

Lauro Mattei²

UFSC / mattei@cse.ufsc.br

Pietro Caldeirini Aruto³

UFSC / pietro.aruto@gmail.com

Resumo

Com o esgotamento do padrão fordista de acumulação de capital, teve início, a partir do final dos anos de 1970, um processo de reestruturação produtiva em escala global, levando a uma série de transformações produtivas, seja pela introdução de novas tecnologias, seja pela adoção de novas formas de gestão da força de trabalho. Conhecido como padrão de acumulação flexível, este processo demandou uma readequação do uso da força de trabalho, que foi traduzido pela flexibilização do próprio mercado de trabalho e pela desregulamentação dos direitos trabalhistas. No Brasil essas mudanças ganharam maior consistência durante a década de 1990, quando a política econômica adotada pelo governo, visando controlar o processo inflacionário, privilegiou a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados. Esta opção, além de impor um conjunto de mudanças no perfil do emprego e na composição e distribuição das ocupações, impulsionou o crescimento das taxas de desemprego, elevou as ocupações informais, bem como aumentou as desigualdades salariais entre as diversas categorias de trabalhadores. O estado de Santa Catarina, por possuir seu mercado de trabalho sob influência do movimento maior da econômica brasileira, também sofreu algumas conseqüências acima mencionadas, apresentando uma tendência quase que similar ao conjunto do país. Neste sentido, o artigo analisa o comportamento do mercado de trabalho catarinense a partir de 1990, com o objetivo de expor o panorama atual da composição e distribuição do conjunto das ocupações no estado, bem como de questões específicas relativas ao mercado formal de trabalho. Para tanto, utilizou-se nas análises dados oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo IBGE e Ministério do Trabalho e do Emprego, respectivamente.

Palavras-chave: Trabalho; Emprego; Santa Catarina.

Introdução

Em meados dos anos 70, os países capitalistas desenvolvidos atravessaram uma forte crise econômica, cuja raiz se encontrava no esgotamento do próprio modo de produção capitalista. Por trás da queda da taxa de lucro e da redução da produtividade do capital, o padrão de acumulação taylorista/fordista demonstrava sinais de exaustão (ANTUNES, 1999). O Estado de Bem-Estar Social que permitiu a conquista de diversos direitos sociais para os trabalhadores, passou também a ser questionado. Somado a isso,

¹ Trabalho desenvolvido a partir do projeto de pesquisa "Evolução do Mercado de Trabalho Catarinense a partir de 1990", financiado pelo programa PIBIC/CNPq-BIP/UFSC e sob responsabilidade do primeiro autor, contando com a participação do aluno bolsista.

² Professor dos cursos de graduação e de pós-graduação do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail: mattei@cse.ufsc.br

³ Aluno de graduação do curso de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail: pietro.aruto@gmail.com

se verificava uma forte ascensão dos movimentos sociais que almejavam, além das questões pontuais como salários e jornada de trabalho, o controle social da produção nas fábricas. Em suma, o próprio modo de produção capitalista era questionado, restando como saída a mudança do padrão de acumulação. E isto se realizou ainda nas décadas finais do século XX.

Desta forma, foram sendo introduzidas mudanças no processo produtivo através da agregação de diversas experiências de desconcentração industrial, ao mesmo tempo em que se mesclavam alguns elementos do padrão anterior (ANTUNES, 2000). Esse novo padrão de produção capitalista ficou conhecido como *Toyotismo*, tendo como epicentro as experiências japonesas do pós-guerra, as quais disseminaram mundialmente o padrão de acumulação flexível. Tal padrão introduziu transformações expressivas nos processos de trabalho já na década de 1980.

O padrão de acumulação fordista, com grandes linhas de montagem, implicava em uma relação individual homem-máquina, assim como uma fragmentação de tarefas e verticalização da produção. Já na acumulação flexível é intensificada a exploração do trabalhador, principalmente do seu componente intelectual e da sua polivalência, através da introdução de novas tecnologias oriundas da chamada Terceira Revolução Industrial. Com isso, um mesmo trabalhador passou a operar mais de uma máquina, possibilitando um aumento da produtividade do trabalho, sem que haja aumento do número de operários. A orientação da produção de acordo com o método "*Just in time*"; o uso de tecnologias que facilitam a desconcentração industrial; e a horizontalização da produção permitiram que se formasse uma rede de sub-contratados que disseminaram a nova ordem produtiva.

Os impactos dessas transformações sobre o mundo do trabalho ocorreram de diversas formas. A reestruturação das empresas impôs uma diminuição do número de empregados, concomitantemente com uma redução nos grupos intermediários de supervisão. Para POCHMANN (2002), a introdução de tecnologia poupadora de mão-de-obra, como por exemplo, a robótica, juntamente com um cenário de pouco crescimento econômico e aumento da flexibilização do mercado de trabalho, induziram não apenas a um aumento do desemprego como também multiplicaram as ocupações precárias e com baixa remuneração, além da redução das ocupações nas indústrias paralelamente ao aumento das ocupações nas atividades terciárias. Mesmo assim, este último setor se mostra incapaz de absorver o contingente liberado pelas indústrias, transformando-se no grande depositário das ocupações precárias.

Ao mesmo tempo em que as economias capitalistas em crise modificavam a estrutura produtiva, propostas conservadoras indicavam o excessivo dispêndio dos gastos sociais e a queda do nível de poupança como os culpados pela recessão. Como saída buscou-se a desregulamentação e a flexibilização do mercado de trabalho (POCHMANN, 2002). Esse movimento, além de submeter o trabalho sob o domínio do capital, através da maior autonomia empresarial, conduziu a um forte incremento do desemprego e das sub-ocupações.

Essas conseqüências ocorreram de maneira mais crítica nos chamados países de terceiro mundo, como o Brasil. O caso brasileiro se tornou grave, uma vez que as mudanças na esfera produtiva encontraram um mercado de trabalho pouco estruturado, embora o país tenha obtido um grande crescimento econômico no período do pós-guerra.

Por isso, questões como desemprego, informalidade e precariedade, se expressaram com maior força após o processo de reestruturação produtiva.

O estado de Santa Catarina, mesmo com suas especificidades históricas, sofreu também os efeitos da dinâmica econômica nacional, tendo em vista que alterações da política econômica rebatem sobre a estrutura produtiva e o mercado de trabalho estadual.

Tendo as grandes transformações em curso como pano de fundo, o objetivo deste trabalho é analisar o comportamento do mercado de trabalho catarinense a partir de 1990. Além desta breve introdução, o artigo é composto por mais três seções. A primeira resgata sinteticamente o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no mesmo período, à luz dos impactos da reestruturação produtiva e da política econômica nacional. A segunda seção discute o desempenho do mercado de trabalho catarinense no mesmo período, de forma agregada e especificamente em relação ao mercado formal de trabalho, oportunidade em que são apresentados dados por setor econômico, gênero, faixa salarial, escolaridade, além de desagregações regionais. Finalmente, na última seção são elaboradas algumas considerações referentes aos resultados obtidos, destacando-se tendências recentes do emprego em Santa Catarina.

1. Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil

Após 1990 o mercado de trabalho brasileiro passou por fortes transformações que alteraram tanto a sua magnitude quanto a sua composição. Em linhas gerais, podemos afirmar que o desempenho do mercado de trabalho brasileiro reflete a orientação da política econômica nacional adotada e, principalmente, a dinâmica das transformações no setor industrial.

Durante a década de 1980 cessaram-se os impulsos socioeconômicos que o Brasil experimentara a partir dos anos de 1940, principalmente devido à mudança do cenário econômico internacional. O choque do petróleo, da dívida e a alta das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais forçaram o Brasil a cumprir o compromisso das dívidas contraídas na década de 1970. Nesse momento, o país adota uma política de ajuste recessivo, com repercussões massivas sobre as ocupações. Até 1983, o país enfrentou forte recessão com a eliminação de muitos postos de trabalho, principalmente na indústria de transformação, que no final do mesmo ano, possuía o mesmo número de empregados que em 1973 (BALTAR, DEDECCA e HENRIQUE, 1997).

O final da década de 1980 ficou marcado pelas oscilações do produto e, conseqüentemente, do emprego. O mercado de trabalho dava claros sinais de que não recuperaria a tendência de assalariamento que apresentou nas décadas anteriores⁴, na verdade, a estagnação econômica e o pouco dinamismo da indústria favoreciam a criação de postos informais de trabalho, principalmente nos negócios por conta própria. Em suma, o mercado de trabalho brasileiro nos anos de 1980 passou por uma forte desestruturação, com um aumento da pobreza, diminuição dos postos formais de trabalho e uma incapacidade de absorção dos jovens que adentravam na PEA.

⁴ Para Baltar, Dedecca e Henrique (1997) a tendência de assalariamento que o Brasil apresentou entre 1940 e 1980 estava assentada na combinação "desenvolvimento econômico e exclusão social". Ao mesmo tempo em que o país apresentava um vigoroso crescimento econômico, uma parte da população carecia na pobreza. O próprio desenvolvimento econômico, pautado num aparelho produtivo que não difundiu o consumo de massas e não promoveu um aumento do poder de compra, reproduzia a condição de pobreza, por isso a coexistência desses dois núcleos.

O país iniciou a década de 1990 em meio a oscilações do produto e retração da produção industrial que perduraria até 1992. A taxa de desemprego industrial aumentou juntamente com a queda da produção, porém, durante o período de recessão ocorreu a chamada reestruturação produtiva, com a modernização do aparelho produtivo e adoção de novas formas de gestão da força de trabalho. A retomada das atividades econômicas depois de 1992 é impulsionada pelo aumento de produtividade industrial e do investimento, principalmente de bens de capital. Contudo, diferentemente dos anos de 1980, o aumento da produção industrial ocorre com uma redução de trabalhadores nesse setor, principalmente na indústria de bens de capital.

Para Baltar (2003)

a queda da atividade econômica, no início da década de 1990, eliminou 15,8% dos empregos dos estabelecimentos da indústria de transformação, além de deslocar uma considerável proporção de empregados das grandes empresas industriais para estabelecimentos menores, por subcontratação. O aumento da produtividade, principalmente na retomada da produção depois de 1992, além de não permitir recolocar os empregos em número equivalente aos que desapareceram com a queda da produção, eliminou outros 3,9% dos empregos dos estabelecimentos industriais (p.119).

A retomada das atividades após 1992 teve impactos sob outros segmentos. O setor terciário, beneficiado pelo aumento de renda procedente do incremento da produtividade industrial, aumentou o seu nível de emprego, absorvendo parte do contingente liberado de atividades que perderam postos de trabalho, como extração mineral, serviço industrial de utilidade pública e as atividades financeiras. Contudo, foi um crescimento muito reduzido e não se prolongou depois de 1997.

Apesar da elevação do emprego pós-1992, que em números absoluto apenas recuperou os perdidos durante a recessão, houve uma profunda alteração na distribuição e composição das ocupações. O emprego assalariado durante o período teve uma forte queda entre 1990 e 1992 (5,7%) e após o período se recuperou em 5,1%, para fechar a década com a mesma quantidade que em 1989. Nos empregos industriais, de construção civil, extração mineral e serviços de utilidade pública houve uma queda dos empregos formais, enquanto que nos setores de alojamento, alimentação, limpeza, segurança e saúde o aumento foi expressivo (BALTAR, 2003). Dessa forma, houve uma diminuição dos postos formais de trabalho, porém de maneira diferenciada, refletindo as mudanças estruturais introduzidas na economia brasileira.

Para alguns autores, o aumento da informalidade e o leve decréscimo do assalariamento devem ser entendidos dentro da lógica do processo de reestruturação implementado pelas empresas.

A reestruturação da economia com pouco investimento e lento crescimento do produto teve, por saldo líquido, a eliminação de muitos empregos celetista e estatutários e criou fundamentalmente oportunidades de emprego sem carteira de trabalho em estabelecimento e no serviço doméstico remunerado, além de trabalhos por conta própria. (...) Em todo caso, as mudanças na produção de bens e serviços complementares eliminaram antigos empregos e criaram empregos novos, colocando empregos específicos de adaptação da força de trabalho às novas exigências do uso de uma capacidade de produção cuja natureza se modificou com a importação de capital, materiais e componentes tecnologicamente sofisticados. (BALTAR, 2003, p.143)

O trabalho por conta própria, referido na passagem acima, aumentou 42,6% na década de 1990. Esse tipo de ocupação impediu que a taxa de desemprego aumentasse ainda mais durante o período. Enquanto que na recessão a expansão correu nos setores da construção civil e do comércio de mercadorias, após a retomada das atividades, o trabalho por conta própria se alastrou para praticamente todos os setores. A sua evolução está relacionada à alternativa de sobrevivência de uma grande parte da PEA, devido à ameaça concreta do desemprego.

A crescente informalidade e a recessão econômica do início dos anos de 1990 foram frequentemente utilizadas como argumentos favoráveis à flexibilização do mercado de trabalho e à desregulamentação das relações trabalhistas. A orientação política que se seguiu a partir das eleições de 1989, além de promover a abertura da economia brasileira à competitividade internacional sem a salvaguarda de um projeto nacional, era em favor dessas medidas liberais. Como consequência, estabeleceram-se mudanças patrimoniais em vários setores produtivos nacionais e uma maior autonomia de grupos empresariais para efetivarem as mudanças necessárias para adequação da força de trabalho à reestruturação produtiva. Este processo repercutiu diretamente sobre o mercado de trabalho, alterando a remuneração e a composição dos ocupados segundo fatores sociais⁵.

Comparando-se a renda dos trabalhadores e o excedente das empresas, a década de 1990 foi extremamente desfavorável aos primeiros. Enquanto que no início do período a renda dos trabalhadores correspondia a 32% da renda total, em 1999 esse valor ficou em torno de 26,5%. No mesmo intervalo, o excedente das empresas passou de 38,5% para 41,5%. Somado à queda da participação dos rendimentos, ocorreu também neste período uma ampliação do diferencial de rendimento salarial entre os ocupados. Essa diferença diz respeito às faixas de escolaridade, uma vez que aumentos destas são acompanhados por uma elevação da faixa salarial.

Em relação à cor e ao gênero, as desigualdades permaneceram. A desigualdade salarial para os empregados negros e brancos aumentou expressivamente. Quanto ao sexo, não se notou alterações significativas, apesar do estrato superior das mulheres terem obtido rendimentos próximo ao mesmo estrato dos homens. O problema é que nos estratos inferiores de renda o distanciamento feminino continua extremamente elevado.

A partir do ano 2000, com a mudança do cenário econômico internacional, o mercado de trabalho brasileiro ensaiou algumas modificações em relação ao seu comportamento na década anterior. O crescimento das atividades econômicas brasileiras, impulsionado pelas exportações, refletiu-se em um aumento do emprego e da renda. Com esse movimento, há um aumento dos empregos assalariados, em detrimento das ocupações por conta-própria e serviços domésticos; e também um aumento do grau de formalização do emprego assalariado, ou seja, o emprego formal cresce mais que as ocupações sem carteira (LEONE e BALTAR, 2007). A participação feminina dentro da PEA é o carro-chefe das atuais configurações do mercado de trabalho, com um aumento superior aos dos homens em empregos em estabelecimentos e de emprego formal. Ao mesmo tempo, houve uma diminuição dos empregos sem carteira de trabalho para o sexo feminino. Apesar da taxa de crescimento do emprego ter sido maior que a da população economicamente ativa, os desempregados ainda correspondem a uma grande parcela da população, em torno de 11,4 milhões, para o ano de 2006. Os desempregados se

⁵ Os dados e informações a seguir, referentes ao perfil dos empregados e desempregados, foram obtidos de Dedecca (2003).

concentram nos pólos mais dinâmicos, como São Paulo, porém, é no Nordeste onde a situação se torna mais crítica, com um quinto da PEA desempregada (MAIA, 2007).

Entre os diferentes grupos sociais, os jovens são aqueles com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Dentre os jovens de 16 a 24 anos houve um crescimento do número de desempregados de 3,5 milhões para 4,2 milhões desempregados, entre 2000 a 2006 (PRONI, 2007). Em parte, o aumento do desemprego está relacionado ao fato de que mais jovens procuraram trabalho devido a melhora do desempenho da economia. Mas dentro desta categoria há uma diferenciação nas condições de inserção no mercado de trabalho, uma vez que para os indivíduos entre 16 a 17 anos, a taxa de desemprego é mais alta. Além disso, os jovens de famílias mais pobres são os que têm maior dificuldade na procura de emprego, além de receberem os menores salários.

Em síntese, é possível afirmar que o mercado de trabalho do país nos anos 2000 apresentou um movimento de assalariamento e uma estabilidade na taxa de desemprego. Porém, a manutenção da política econômica, através do controle da inflação pela contenção monetária e diminuição do poder de compra dos salários, impede um crescimento econômico vigoroso e, portanto, dificilmente poderá mudar estruturalmente o quadro do mercado de trabalho brasileiro (LEONE e BALTAR, 2007).

2. O comportamento do mercado de trabalho catarinense

Nos últimos vinte e cinco anos, Santa Catarina sofreu uma profunda mudança na sua estrutura econômica que impactou diretamente sobre o mercado de trabalho. Os efeitos da crise econômica brasileira dos anos de 1980, com seus sucessivos planos de estabilização e queda da participação das empresas estatais, repercutiram em Santa Catarina, levando à interrupção do ciclo de crescimento apresentado nos anos anteriores.

Na década de 1990, com a reestruturação produtiva e com estabilização econômica, houve uma retomada das atividades, principalmente em produtos de grande competitividade. Santa Catarina aumentou a sua participação na exportação nacional, principalmente após a desvalorização do real em 1999, e recentemente apresenta um crescimento econômico, em média, maior que o apresentado pelo Brasil (LINS e MATTEI, 2001).

A contrapartida da reestruturação produtiva e da posterior retomada das atividades, que tiveram forte impacto sobre as cadeias produtivas de diversos setores, pode ser medida na análise do comportamento do mercado de trabalho catarinense a partir de 1990.

A Tabela 1 mostra a evolução da população economicamente ativa e dos postos formais de trabalho (PFT). Em 1992, os postos formais de trabalho representavam em torno de 34% da PEA de Santa Catarina. Os dados de 2006 revelam uma crescente participação dos PFT na PEA. Enquanto esta última cresceu em torno de 2,34% a.a., os PFT apresentaram um crescimento aproximado de 4,5% a.a., fazendo com que a participação dos PFT na PEA aumentasse para 47%.

Tabela 1 - População Economicamente Ativa e Postos Formais de Trabalho em SC,
1992 e 2006

	1992	2006	Var. absoluta
Tx. Cres. Anual			
PEA	2.407.458	3.407.591	1.000.133
			2,34
PFT	821.482	1.598.454	776.972
			4,54
PEA - PFT	1.585.976	1.809.137	223.161
			0,88
PFT/PEA	34,12%	46,91%	-
			2,14

Fonte: RAIS e PNAD

Em outras palavras, isso significou que mais de um milhão de pessoas foram incorporadas à PEA catarinense no período, sendo que deste total $\frac{3}{4}$ foram absorvidas pelo mercado formal de trabalho. Esse movimento está em sintonia com o comportamento do mercado de trabalho do país.

A Tabela 2 informa a remuneração da população ocupada no estado por grupo de horas trabalhadas. Em Santa Catarina, a população ocupada em 2006 se concentrava nos grupos de até 44 horas trabalhadas por semana (67%), enquanto que em 1992 esse grupo respondia por 56,6%. É nesse mesmo grupo de horas trabalhadas que se concentram também as menores remunerações.

Tabela 2 - Percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por classes de rendimento mensal, segundo a jornada semanal habitual do trabalho principal. SC, 1992 e 2006.

Classe de rendimento	Grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana (%)									
	Até 14		15 a 39		40 a 44		45 a 48		49 ou mais	
	1992	2006	1992	2006	1992	2006	1992	2006	1992	2006
Total	3,2	5,2	17,8	18,3	35,6	42,3	12,5	11,3	30,5	23,0
Até 1/2 SM	7,2	24,0	43,5	56,3	14,5	7,8	11,1	1,8	22,9	10,2
Mais de 1/2 a 1 SM.	2,6	4,7	19,9	36,4	33,1	31,4	11,5	12,0	32,5	15,4
Mais de 1 a 2 SM	0,4	0,8	9,0	11,7	44,6	53,7	17,9	15,8	27,8	17,9
Mais de 2 a 3 SM.	0,1	0,2	6,2	7,9	45,9	52,1	15,9	11,4	31,4	28,4
Mais de 3 a 5 SM.	0,6	0,7	8,2	8,2	47,1	49,1	13,0	9,0	30,9	33,0
Mais de 5 a 10 SM.	0,3	1,8	10,5	12,7	48,6	42,2	7,2	10,0	33,1	33,3
Mais de 10 a 20 SM		0,8	15,9	12,2	48,0	38,9	10,9	10,7	25,0	37,4
Mais de 20 SM		2,2	16,6	8,9	45,8	44,4	16,6	6,7	20,8	37,8
Sem rendimento	10,5	25,5	35,4	37,0	14,5	13,2	7,2	3,9	32,0	20,5

Fonte: PNAD

Em 1992, 65,2% dos que recebiam até ½ salário mínimo estavam no grupo de até 44 horas trabalhadas, enquanto que em 2006 esse percentual aumentou para 88%. Para os grupos de 45 ou mais horas trabalhadas, as faixas salariais que aumentaram a sua participação em relação a 1992, foram de 5 a 20 Salários Mínimos. Chama a atenção o aumento da população sem rendimento, principalmente nos grupos de até 39 horas trabalhadas por semana, cuja participação passou de 46%, em 1992, para 62,5%. O aumento da disparidade salarial nos menores grupos de hora trabalhada fornece fortes indícios da permanência de condições precárias de trabalho.

A Tabela 3 indica o panorama da PEA catarinense em relação aos anos de estudo. No ano de 2006, Santa Catarina apresentava uma população economicamente ativa de mais de 3,4 milhões de pessoas. Os ocupados compunham entorno de 95% da PEA, sendo que a grande parte destes tinha entre 4 a 14 anos de estudo (78,62%). Já a maioria dos desocupados (86,69%) – que representavam 5% da PEA total em 2006 – tinha também 4 a 14 anos de estudos. Estes dados, de certa forma, colocam ressalvas sobre o argumento comumente utilizado que relaciona o desemprego à falta de instrução da mão-de-obra.

Tabela 3- População Economicamente Ativa em condição de atividade por anos de estudo. Santa Catarina – 2006.

Grupos de anos de Estudo	OCUPADOS	%	DESOCUPADOS	%
Sem instrução e menos de 1 ano	97.862	3,01	5.790	3,60
1 a 3 anos	262.302	8,08	6.948	4,32
4 a 7 anos	894.027	27,54	38.794	24,10
8 a 10 anos	697.146	21,47	50.955	31,66
11 a 14 anos	961.186	29,61	49.795	30,93
15 anos ou mais	313.836	9,67	6.948	4,32
Não determinados e sem declaração	20.265	0,62	1737	1,08
Total	3.246.624	100	160.967	100

Fonte: PNAD.

A análise desenvolvida até o momento forneceu um panorama geral do mercado de trabalho catarinense. A partir desse ponto, o estudo concentra-se sobre o desempenho de indicadores relativos ao mercado formal de trabalho catarinense, procurando observar se a recente tendência nacional de formalização dos postos de trabalho também se explicita em Santa Catarina.

A Figura 1 mostra o número absoluto de Postos Formais de Trabalho em Santa Catarina desagregado por mesorregião. Para o conjunto do estado, nota-se uma taxa média de crescimento ao redor de 4,4% a.a., bem acima da taxa anual de crescimento da PEA. As regiões Oeste, Vale do Itajaí e Sul apresentaram uma taxa média de crescimento acima do desempenho estadual (5,18%; 4,82% e 5,09%, respectivamente), enquanto que as regiões Norte, Serrana e Grande Florianópolis tiveram taxas médias de crescimento abaixo da média catarinense (3,56 %; 3,57 % e 4,02%, respectivamente).

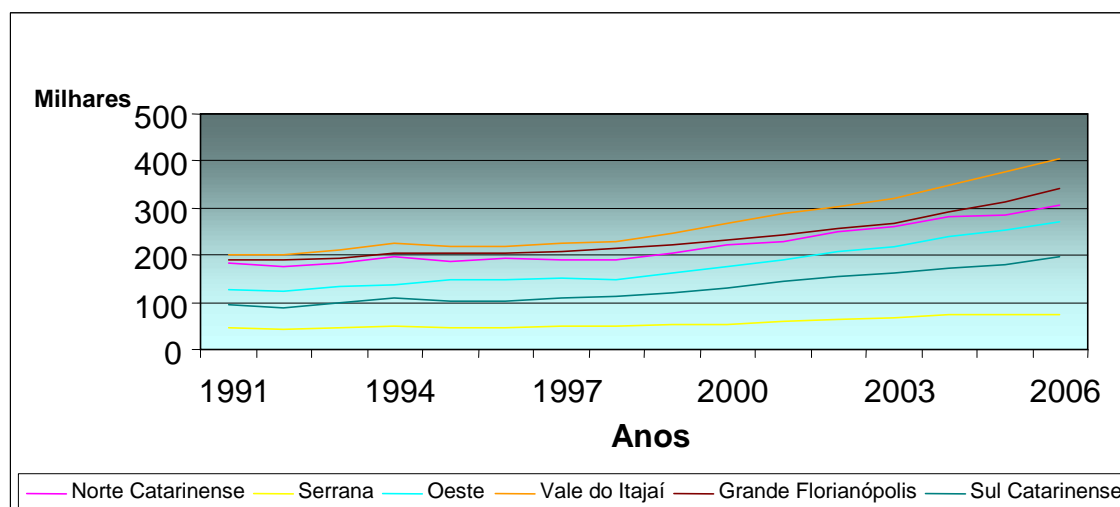


Figura 1- Total PFT por mesorregião - Santa Catarina. 1991-2006

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

A análise do gráfico revela que, apesar do crescimento diferenciado entre as mesorregiões, a posição entre elas, de acordo com o número absoluto de PFT, permanece a mesma. Enquanto que em 1991, Vale do Itajaí, Norte Catarinense e Grande Florianópolis despontavam com o maior número de PFT - em torno de 200.000-, em 2006 a posição permanece a mesma, porém, com o distanciamento maior da região do Vale do Itajaí. Nas regiões Oeste e Sul verifica-se um forte crescimento dos PFT, tendo em vista que em 1991 possuíam 127.277 e 93.406 PFT, respectivamente. Em 2006 detinham 271.596 e 196.637 empregos formais. Apenas a região Serrana conservou o modesto desempenho de crescimento dos postos de trabalho.

O gráfico evidencia também uma alteração ocorrida a partir de 1999, pois após este ano todas as mesorregiões apresentaram um significativo aumento dos postos formais de trabalho. Enquanto que a taxa média de crescimento dos PFT no estado no período de 1991 a 1999 foi de 2,4%, no período seguinte (2000 a 2006) foi de 6,8%. Esse mesmo movimento foi observado em todas as regiões do estado, com destaque novamente para as regiões Sul e Oeste, que já vinham tendo um desempenho acima da média estadual antes de 1999 e que no período seguinte, aumentaram ainda mais a sua participação.

Esse crescimento a partir de 1999, em parte, reflete o processo de mudanças em curso na esfera econômica. No entanto, deve-se frisar que no período considerado o Governo Federal aumentou o processo de fiscalização sobre as empresas, atitude que pode estar influenciado os dados, considerando-se que a fonte utilizada (RAIS) é apenas um registro administrativo.

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos PFT nas mesorregiões entre 1991 e 2006, segundo os setores de atividade econômica. Em Santa Catarina, a indústria de transformação era o setor que mais empregava postos formais em 1991, com aproximadamente 35% de participação. Em seguida vinham Serviços (24%), Administração Pública (15,6%) e Comércio (12%) como os setores que mais empregavam mão-de-obra. Os dados de 2006 revelam mudanças no quadro de distribuição dos PFT. Apesar do setor de indústria de transformação permanecer com o maior número de trabalhadores formais, relativamente perdeu participação no total do estado. Os setores de extração mineral, serviços industriais de utilidade pública e administração pública também perderam posição relativa no total de postos formais de trabalho em SC, enquanto que construção civil, serviços, agropecuária, extrativismo vegetal e comércio aumentaram a sua participação.

A descrição da distribuição dos PFT por mesorregiões permite observar a dinâmica dos PFT em todo o estado. Na região da Grande Florianópolis, o emprego na administração pública sempre contou com uma alta participação no total dos postos formais. Em 1991 o setor empregava quase 40% dos PFT da mesorregião, mas em 2006 essa participação foi reduzida para cerca de 30%. Nesse mesmo período o setor de serviços ultrapassou a administração pública, ao responder por mais de 35% no último ano da série. Nota-se, ainda, a evolução da participação dos postos formais no comércio, que passou de 9,5% para 17%, no mesmo período.

A região Norte reduziu sua participação dos postos formais de trabalho na indústria de transformação, ao mesmo tempo em que o setor de serviços e comércio absorveu uma parcela maior de trabalhadores formais. O desempenho desta região ilustra bem os impactos da reestruturação produtiva sobre mercado de trabalho.

II Encontro de Economia Catarinense
Artigos Científicos
Área Temática: Demografia e Mercado de Trabalho
24, 25 e 26 de abril de 2008 – Chapecó, SC

Tabela 4 - Participação dos PFT por Setor de Atividade e Mesorregião em SC – 1991 e 2006 (%).

Setores	Grande Flps.	Norte	Oeste	Serrana	Sul	V.Itajaí	SC
Extrativa Min.							
1991	0,09	0,12	0,15	0,16	6,61	0,19	0,86
2006	0,1	0,21	0,13	0,15	2,05	0,2	0,39
Ind. de Trans.							
1991	7,32	55,68	33,44	30,21	31,69	47,17	35,27
2006	9,73	46,53	37,02	24,67	36,1	40,73	33,25
Serv. Ind. Uti.							
1991	2,82	0,65	1,26	2,23	2,78	0,99	1,64
2006	1,06	0,57	0,67	0,25	1,24	0,61	0,77
Cons. Civil							
1991	2,48	1,97	1,98	3,71	3,45	2,57	2,49
2006	4,38	2,27	3,75	2,92	3,11	3,05	3,30
Comercio							
1991	9,53	10,05	14,1	15	14,52	13,31	12,09
2006	17,03	16,81	18,36	19,5	22,77	19,44	18,65
Serviços							
1991	32,05	19,71	24,3	26,32	23,7	21,96	24,54
2006	35,28	24,69	22,49	25,4	24,5	26,47	27,05
Adm. Pública							
1991	39,76	6,1	11,99	13,93	11,07	6,1	15,60
2006	31,67	7,5	10,61	13,99	9,22	8,3	13,93
Agropecuária,...							
1991	0,52	1,03	5,86	2,74	1,11	1,23	1,80
2006	0,76	1,42	6,98	13,11	1,02	1,19	2,66
Ignorado							
1991	5,44	4,7	6,92	5,71	5,07	6,46	5,72
2006	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS /TEM.

A região Oeste apresentou o movimento inverso nesse período, pois em 1991 os setores da indústria de transformação e de serviços participavam com 33% e 24%, respectivamente, do total de empregos formais. Em 2006, a indústria de transformação aumentou a sua participação para 37% e o setor de serviços diminuiu levemente a sua participação, para 22,5%. Esse fato pode estar ligado a evolução das cadeias produtivas e a forte presença de Agroindústrias na região (LINS e MATTEI, 2001).

No Sul do estado o setor de extrativismo mineral apresentou uma queda na participação, de 6,6%, em 1991, para 2% em 2006. Ao mesmo tempo em que a indústria de transformação aumentou sua participação de 31,7% para 36%. Nos demais setores não se observaram grandes variações, exceto no comércio que aumentou em aproximadamente 8% a sua participação no total de postos formais da mesorregião.

O vale do Itajaí teve um comportamento similar ao da mesorregião Norte. A indústria de transformação permanece com a maior participação no total dos postos formais de trabalho, porém com redução de sua participação de 47% para 40%, entre 1991 e 2006. O setor de serviços apresentou um aumento na sua participação nos PFT em torno de 5%, enquanto que o comércio tinha, em 1991, 13,3% dos postos formais e no final de 2006 passou para cerca de 20 %.

Por último, a mesorregião Serrana, conforme dito acima, apresentou a menor taxa média de crescimento dos postos formais de trabalho. Apesar disso, houve algumas modificações na distribuição dos PFT por setor de atividade. No período entre 1991 e 2006, o setor de agropecuária, extrativismo vegetal, etc. aumentou em mais de 10% a participação nos empregos formais; já a indústria de transformação apresentou um recuo

na participação dos PFT, enquanto que a contribuição do comércio no emprego formal aumentou.

A Tabela 5 mostra a evolução dos postos formais de trabalho no estado, segundo o gênero. Em 1991, os homens representavam quase 65% dos PFT e às mulheres cabiam 35%. Em 2006 esses percentuais foram de 58% e 41,7%, respectivamente. Essa maior participação da mão-de-obra feminina no estado espelha uma tendência nacional, sendo cada vez maior o papel da mulher na geração da renda e do sustento das famílias.

Tabela 5- Distribuição dos PFT segundo gênero em SC entre 1991 e 2006.

	Masculino	%	Feminino	%	SC
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931
2000	670.149	62,17	407.780	37,83	1.077.929
2001	713.211	61,71	442.501	38,29	1.155.712
2002	753.049	60,95	482.563	39,05	1.235.612
2003	779.395	60,31	513.012	39,69	1.292.407
2004	840.104	59,74	566.143	40,26	1.406.247
2005	879.828	59,17	607.141	40,83	1.486.969
2006	932.252	58,32	666.202	41,68	1.598.454
Taxa cresc. a.a		3,67		5,59	

Fonte: RAIS/MTE.

A escolaridade dos componentes do mercado formal de trabalho também sofreu modificações no período de 1991 a 2006, conforme tabela 6. Uma das novidades trazidas pelas mudanças das últimas décadas é que se passou a requisitar dos trabalhadores no momento da contratação um maior nível de escolaridade.

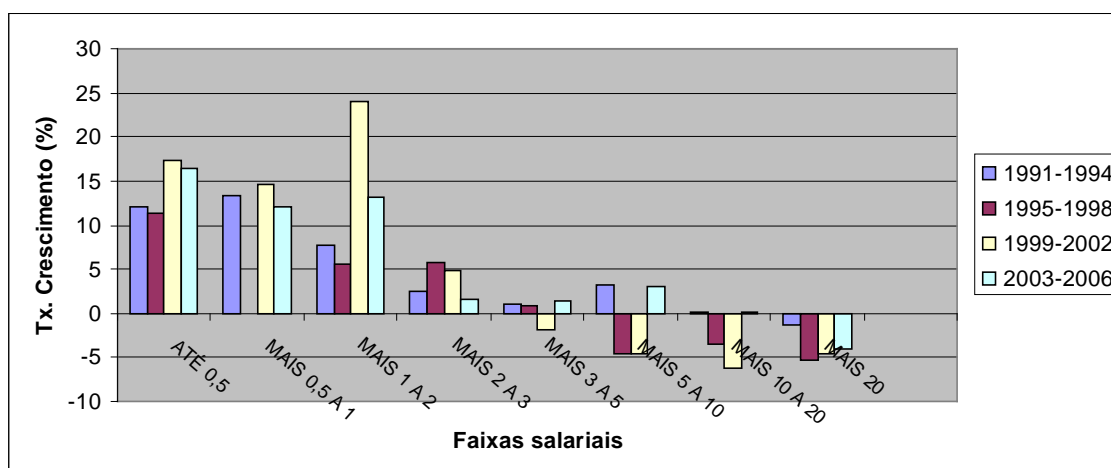
Tabela 6 - Distribuição dos PFT, segundo grau de escolaridade em SC. 1991 e 2006.

Ano	Analfabeto	Até 4ªsérie	Até 8º série	Até 2º Grau	Até Superior	Ignorado
1991	1,43	31,24	34,21	21,77	10,86	0,49
1992	1,28	30,02	34,93	22,33	10,77	0,67
1993	1,26	28,09	36,19	23,15	10,83	0,47
1994	1,71	26,76	37,07	23,58	10,71	0,16
1995	1,13	25,63	36,68	24,32	11,48	0,75
1996	1,13	26,80	36,90	23,64	10,82	0,70
1997	1,07	22,94	38,04	26,08	11,67	0,21
1998	1,16	21,15	38,29	27,33	12,02	0,05
1999	0,97	19,21	37,67	28,61	13,54	0,00
2000	0,82	17,63	39,02	30,39	12,13	0,00
2001	0,81	16,10	37,49	32,25	13,35	0,00
2002	0,71	14,57	36,31	34,38	14,03	0,00
2003	0,44	13,32	34,79	36,35	15,10	0,00
2004	0,37	12,20	33,40	38,67	15,35	0,00
2005	0,34	11,14	32,02	40,66	15,85	0,00
2006	0,32	10,01	30,20	42,10	17,37	0,00

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE.

Em 1991, aproximadamente 67% dos PFT eram ocupados por trabalhadores com até a 8ª série completa. Nesse mesmo ano os postos ocupados por trabalhadores com 2º grau e ensino superior correspondiam a 32% do total. Como resultado da reestruturação produtiva e do aumento da concorrência nos mercados, as empresas passaram a exigir um nível maior de instrução dos seus funcionários. Assim, a participação de trabalhadores formais com o 2º grau e ensino superior cursados aumentou em 2006, ao passo que a taxa média de crescimento de empregados formais analfabetos e com até a 4ª série completa no período passou a ser negativa (-5,5% e -3,2%, respectivamente). Já os empregados que cursaram até o 2º grau e o ensino superior cresceram a uma taxa média de 9,1% e 7,7%, respectivamente. Como resultado, no ano de 2006, mais de 68% do total dos PFT no estado eram ocupados por empregados formais com até o 2º grau e o ensino superior cursados.

A distribuição da renda dos PFT em Santa Catarina por faixa salarial no período entre 1991 e 2006 é apresentada no gráfico 02, cuja taxa de crescimento média da renda dos PFT foi calculada por Salário Mínimo. Para melhor visualização, dividiu-se o período em quatro subperíodos, conforme segue.



Fonte:

RAIS/TEM

Figura 1 - Taxa média de crescimento anual (%) dos PFT segundo faixas de remuneração. Santa Catarina 1991 – 2006.

Pelo gráfico nota-se o grande aumento da taxa média de crescimento para as remunerações até 2 salários mínimos. Para as remunerações de até 0,5 SM, o crescimento nos dois primeiros subperíodos já era acentuado, contudo a partir de 1999, a taxa média de crescimento ficou acima dos 15%. Para as remunerações entre 0,5 a 1 SM o crescimento ficou entre 12% a 14% no período, com exceção do subperíodo de 1995-1998 que teve uma taxa média de crescimento negativa (-0,04%).

As remunerações entre 1 a 2 SM tiveram um desempenho peculiar, pois, enquanto nos dois primeiros subperíodos manteve uma taxa de crescimento de 7,8% e 5,6%, respectivamente, no subperíodo de 1999-2002 atingiu uma taxa de média de crescimento de 24%. Apesar da queda entre 2003-2006, permaneceu com um alto crescimento, em torno de 13%. As remunerações entre 2 a 3 SM tiveram um crescimento de 2,5% e 5,75% nos dois primeiros subperíodos, sendo que nos dois seguintes apresentaram uma queda na taxa média de crescimento, fechando o último subperíodo com uma taxa de 1,6% de crescimento médio anual.

As remunerações acima de 3 SM apresentaram um fraco desempenho. Em geral, quanto maior a remuneração, maior a taxa média de crescimento negativa, principalmente após 1995. As remunerações acima de 20 SM, por exemplo, apresentaram queda nos quatro subperíodos. Pelas informações, conclui-se que o impacto das transformações a partir da década de 90 sobre as remunerações dos PFT culminou em uma concentração das faixas salariais nos menores patamares.

A Tabela 7 fornece o atual quadro de remunerações por mesorregião, reproduzindo-se essas mesmas diferenças também em termos regionais. Em 2006, os postos formais de trabalho em Santa Catarina que recebiam remuneração até 3 SM compunham cerca de 70% do total de postos no estado, sendo que 50% destes eram de remunerações até 2 SM. Já os postos formais que recebiam acima de 10 SM representavam 3,7% do total. Essa desigualdade de renda, resultado da tendência formada desde a década de 1990, pode ser analisada sob a perspectiva das mesorregiões.

Tabela 7. Distribuição das faixas de remuneração por Mesorregião em Santa Catarina, 2006.

	Oeste	%	Norte	%	Serrana	%
ATE 0,5 SM	1.828	0,67	818	0,27	294	0,39
DE 0,5 A 1 SM	13.227	4,87	7.098	2,31	3.380	4,51
DE 1 A 2 SM	149.085	54,89	126.653	41,18	44.177	58,97
DE 2 A 3 SM	56.634	20,85	74.937	24,36	12.673	16,92
DE 3 A 5 SM	27.848	10,25	54.146	17,6	7.883	10,52
DE 5 A 10 SM	13.935	5,13	29.744	9,67	4.284	5,72
DE 10 A 20 SM	4.197	1,55	8.786	2,86	1.220	1,63
MAIS DE 20 SM	902	0,33	2.149	0,7	217	0,29
IGNORADO	3.940	1,45	3.254	1,06	787	1,05
Total	271.596	100	307.585	100	74.915	100
	V. Itajaí	%	Grd. Flps	%	Sul	%
ATE 0,5 SM	809	0,2	1034	0,3	415	0,21
DE 0,5 A 1 SM	9719	2,4	9663	2,82	6968	3,54
DE 1 A 2 SM	201656	49,77	124254	36,27	104944	53,37
DE 2 A 3 SM	95781	23,64	65085	19	38262	19,46
DE 3 A 5 SM	55302	13,65	58234	17	24741	12,58
DE 5 A 10 SM	25982	6,41	50990	14,88	12509	6,36
DE 10 A 20 SM	7704	1,9	18757	5,48	4301	2,19
MAIS DE 20 SM	2195	0,54	8063	2,35	917	0,47
IGNORADO	6007	1,48	6486	1,89	3580	1,82
Total	405155	100	342566	100	196637	100

Fonte: RAIS/TEM.

As mesorregiões Oeste, Serrana e Sul continuam em 2006 a maioria dos seus postos formais recebendo até 2 SM (respectivamente, 60,4%; 63,8% e 57,1%), sendo que nas demais regiões, a grande parte dos PFT recebia até 3 SM (Norte 68%; Grande Florianópolis 58% e Vale do Itajaí 76%). Quanto às faixas salariais acima de 10 SM, as maiores participações no total dos PFT da mesorregião pertenceram a Grande Florianópolis e Norte Catarinense, ambas com uma participação acima de 3%.

3. Considerações finais

As alterações no mercado de trabalho catarinense, especialmente no mercado formal, refletem o movimento em curso no mercado de trabalho do país, muito embora em Santa Catarina não se tenha observado uma elevação forte da taxa de desemprego e o nível de informalidade não cresceu nas mesmas proporções verificadas para o conjunto do país.

No entanto, nota-se que as diferenças salariais se ampliaram, além de ter aumentado a participação das ocupações no setor terciário em detrimento dos empregos no setor industrial, particularmente na indústria de transformação. Esses aspectos, segundo ANTUNES (2002) revelam a existência de um processo de heterogenização, do mercado de trabalho, tanto pela multiplicação de ocupações como pelas condições precárias de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores. Os dados de Santa Catarina seguem de perto essa tendência nacional, mesmo que conservando algumas de suas peculiaridades históricas.

No caso catarinense, essa heterogenização se torna mais explícita quando se analisa a desigualdade de renda entre gênero e também entre faixas salariais, bem como pelos grupos de horas trabalhadas.

Mesmo que em Santa Catarina a maior parte dos postos formais de trabalho ainda se concentre no setor industrial, nota-se que os maiores aumentos na participação relativa dos PFT ocorreram no setor terciário, fato que revela a tendência geral.

O estado também apresentou um aumento da participação feminina no total dos postos formais de trabalho, sendo que em 2006 as mulheres representavam mais de 40% do total. Apesar desse aumento, registre-se que as disparidades salariais ainda são expressivas entre homens e mulheres.

Especificamente em relação à renda, verifica-se que no mercado formal de trabalho as faixas de menor remuneração foram as que mais cresceram durante o período considerado, concentrando-se atualmente em torno de dois salários mínimos. Regionalmente este quadro ainda é mais precário, uma vez que nas regiões de menor dinamismo econômico que se localizam proporcionalmente as menores faixas salariais do estado.

Desta forma, é possível afirmar que a expansão da economia catarinense após os anos 2000, apesar de estimular a formalização dos postos de trabalho, tem se mostrado incapaz de realizar mudanças estruturais no mercado de trabalho catarinense, especialmente no que concerne às desigualdades de gênero, salariais e regionais.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 7ª edição, 2000. 200 p.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999. 261p.

BALTAR, Paulo, DEDECCA, Cláudio, HENRIQUE, Wilnês. Mercado de Trabalho e exclusão social no Brasil. In: SANTOS, Anselmo Luis dos; OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi (org). **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?**. São Paulo: Scritta, 1997. p.87-108.

BALTAR, Paulo. Estrutura Econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, Marcelo, HENRIQUE, Wilnês (org). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003, p.107-152.

DEDECCA, Cláudio. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. IN: PRONI, Marcelo, HENRIQUE, Wilnês (org). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora Unesp; Campinas, SP: Instituto de Economia da Unicamp, 2003, p. 71-106.

LEONE, Eugenia, BALTAR, Paulo. Contribuição à Previdência Social e Informalidade do mercado de trabalho. **Carta Social e do trabalho**. Campinas: CESIT-UNICAMP, n.6, maio/agosto.2007.

_____ Economia e Mercado de Trabalho no Brasil. **Carta Social e do trabalho**. Campinas: CESIT-UNICAMP, n.6, maio-agosto. 2007.

LINS, Hoyêdo; MATTEI, Lauro. A socioeconomia catarinense no limiar do séc.XXI. Texto para discussão, Departamento de Ciências Econômicas/UFSC. Florianópolis, n.8, 2001.

MAIA, Alexandre. Perfil do Desemprego no Brasil nos Anos 2000. **Carta Social e do trabalho**. Campinas: CESIT-UNICAMP, n.6, maio-agosto. 2007.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. 47p.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

PRONI, Marcelo. A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Carta Social e do trabalho**. Campinas:CESIT.UNICAMP,n.6,maio/agosto.2007.